

Centro Universitário Barão de Mauá
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Investigação Científica

Política de integridade acadêmica

O fomento das práticas científicas precisa de critérios que definam a integridade acadêmica a partir da conscientização e da elaboração de práticas condizentes com a boa condução das atividades de docentes, discentes e corpo técnico-administrativo. Nesse sentido, a política de integridade acadêmica articula preceitos éticos que definem as boas práticas científicas em relação ao respeito a direitos autorais e ao combate a ações antiéticas, fabricação de dados, falsificação de resultados e plágio. Como a prática científica e a circulação do saber foram profundamente afetadas pelas transformações sociotécnicas das últimas décadas, a política de integridade acadêmica considera as responsabilidades dos diversos sujeitos em relação à produção, condução e difusão do conhecimento. A qualidade das atividades de investigação científica, portanto, não depende apenas de resultados e de impacto, mas de um conjunto de diretrizes que reforçam a responsabilidade social da pesquisa, abrangendo as relações entre pesquisadores, os contatos entre docentes e discentes, os compromissos entre pesquisadores e sujeitos de pesquisas e a responsabilidade do pesquisador em relação à sociedade.

Inspirado nos preceitos da boa prática científica e alinhado com a crescente atenção à ética científica, o Centro Universitário Barão de Mauá estabelece alguns princípios norteadores para a investigação científica na instituição, a saber:

I. Toda ciência é uma atividade social. O pesquisador deve ser sempre orientado para o aperfeiçoamento do saber acumulado, contribuindo para a resolução de problemas e para o bem comum, reforçando o papel do ensino superior na implementação de estratégias de desenvolvimento social.

II. A responsabilidade das pesquisas é partilhada entre a instituição de origem (instituição à qual se vincula o pesquisador), a instituição de fomento (se houver), o pesquisador proponente, os pesquisadores colaboradores e os comitês de ética. Cabe ao pesquisador a submissão da pesquisa ao comitê de ética.

III. A autoria dos trabalhos de pesquisa pode ser individual ou coletiva, dependendo das condições de realização da atividade. Em trabalhos coletivos,



os pesquisadores podem indicar as responsabilidades de cada autor junto ao grupo que assina a pesquisa. Todo autor, portanto, é responsável pelo envolvimento, revisão e sustentação dos trabalhos.

IV. Ao submeter um trabalho para publicação, o autor não deve enviar o mesmo item simultaneamente a dois periódicos diferentes ou editoras.

V. Os procedimentos científicos baseados em trabalhos com seres humanos, animais e meio ambiente necessitam de regulação a fim de que a obtenção de dados não fique sobreposta aos valores éticos. O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e o Comitê de Ética em Pesquisa e Experimentação Animal (CEPAN) são órgãos que reforçam essas premissas.

VI. A observância de leis e protocolos nacionais é responsabilidade do pesquisador, zelando pelos processos de segurança para que os resultados e os procedimentos de pesquisa não impliquem prejuízos à sociedade.

VII. O armazenamento e a publicação de dados de pesquisa devem ser estabelecidos de forma transparente pelo pesquisador, considerando critérios de confidencialidade, análises dos comitês de ética, políticas de propriedade intelectual institucional e de inovação e observância às diretrizes normativas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

VIII. O conhecimento científico é cumulativo, ou seja, pesquisadores dependem da consulta a outros trabalhos para que possam avançar em suas áreas. O pesquisador deve primar pela apresentação e pela referência justa às ideias de outros pesquisadores, evitando fraudes intelectuais baseadas em falsificação de dados (forçar dados apenas para sustentar uma hipótese), fabricação de dados (criar dados inexistentes) e plágio (cópia de ideias de outros autores sem a devida referência).

IX. O uso de ferramentas anti-plágio, como o Turnitin, implica o controle rigoroso da produção acadêmica, considerando a conscientização de discentes e docentes em relação à apropriação indevida de ideias e à referência. Nesse sentido, essas ferramentas desempenham uma função formativa, na medida em que permitem o esclarecimento de padrões de citação, a necessidade de referência clara no corpo do texto, possibilidades de revisão e *feedback* na escrita e a importância das referências bibliográficas.



X. Por meio dos periódicos científicos e do repositório institucional, o Centro Universitário Barão de Mauá está comprometido com o acesso aberto aos resultados de diversas atividades de investigação científica desenvolvidas na instituição, considerando a contribuição institucional à sociedade.

XI. No Centro Universitário Barão de Mauá, a política de integridade acadêmica integra o Programa de Integridade Acadêmica, uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Investigação Científica que reúne o uso de ferramentas anti-plágio, a implementação de tecnologias para aperfeiçoamento da redação científica, o repositório institucional e os comitês de ética. Em conjunto, as iniciativas reforçam o compromisso institucional com a qualidade, consistência, difusão e transparência das atividades de investigação científica.

Ribeirão Preto, fevereiro de 2023



Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Investigação Científica